EDUCAÇÃO ESPECIAL E A AFETIVIDADE

KATIA SILVA RIBEIRO LOPES

Resumo:

O artigo teve como objetivo analisar a afetividade no trabalho docente voltado para alunos elegíveis ao atendimento da educação especial. Indicar a importância da afetividade no ambiente escolar. A importância da afetividade no processo de ensino aprendizagem para a inclusão e permanecia do aluno na escola. A análise se destaca na escola que é responsável pela socialização do aluno e

inserção na sociedade. Na escola o professor tem o importante e árduo papel de discernir a afetividade utilizada na sua prática para estabelecer vínculos e potencializar o ensino aprendizagem dos alunos de educação especial. Ao utilizar a afetividade para potencializar o aprendizado e reconhecer os possíveis impedimentos que possam estar acontecendo no ambiente escolar, ele pode favorecer o ensino, ultrapassar muitas barreiras. Muitos alunos passam por bloqueios no processo de aprendizagem e na socialização no ambiente escolar porque não existe a sensibilidade em entender a suas necessidades e especificidades. Somente um olhar atento do professor pode perceber, entender e ajudar a utilizar o afeto para melhorar a convivência do aluno com os demais. Melhorando a convivência no ambiente escolar, o aluno sente-se pertencente ao ambiente, incluído e evitamos a evasão e situações de desconforto geradas quando não existe essa sensibilização.

Palavras-chave: Educação Especial; Afetividade; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço único, local onde acontecem muitas relações que perpassam o objetivo do ensino aprendizagem. Um espaço de convivências sociais, culturais, científicas e tecnológicas, que faz com que os alunos precisem ser entendidos em suas especificidades.

A escola é um local onde o aluno tem a oportunidade de desenvolver-se e perceber-se como protagonista de sua própria história. O professor vai se deparar com situações atípicas em que alunos adentram ao convívio da sociedade a partir da escola e aqueles que entendem a escola como um espaço diferenciado de convívio.

Vários são os obstáculos que podem impedir o aluno de atingir os objetivos de ensino aprendizagem, desde alunos com dificuldades simples, como na escrita a alunos com bloqueios para aprender isso é ainda mais ampliado aos alunos elegíveis ao atendimento da educação especial.

Desta forma o educador é participe do êxito ou fracasso dos processos ocorridos na escola, a grande maioria sabe a teoria, mas infelizmente a prática não se limita a somente a ensinar, é necessário ter sensibilidade para as especificidades dos alunos.

Muitos profissionais não se aproximam dos sentimentos que norteiam os alunos e deixam de perceber que muitos alunos precisam de ajuda para seguir a

diante, principalmente alunos com qualquer tipo de deficiência. A falta de preparo dos docentes para trabalhar com esses alunos, faz com que muitos casos se agravem ainda mais em suas dificuldades, principalmente na alfabetização.

Falar de afetividade no ambiente escolar é ampliar o olhar não só para o aluno, mas também para todos que estão no ambiente escolar, quando a afetividade acontece, torna o espaço uma possibilidade para a prática de respeito, compreensão e autonomia, forma cidadãos não só críticos mais respeitáveis e honestos, entendendo-se parte de um mundo que podem transformar.

A afetividade usada no convívio com alunos pode ser uma ferramenta para ajudar os alunos com problemas a se sentirem mais assistidos e conseguirem ter êxito no ensino aprendizagem. Desta forma os profissionais da educação podem transmitir confiança e compreensão, entendendo as razões das dificuldades e ajudando a quebrar barreiras, potencializando o ensino aprendizagem.

Para ARANTES (2003, p. 124), trata-se, pois, de assumirmos que a dimensão afetiva da personalidade precisa ser trabalhada na escola, assim como trabalhos de matemática, a língua, as ciências etc.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os processos educacionais devem ser usuais para todos, levando em consideração as diferenças. O atual sistema de ensino principalmente a partir do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio são segmentados e fragmentados em disciplinas. O professor licenciado, além de ministrar suas aulas voltadas para a sua área de formação, precisa ter a percepção de aprendizagem individual, tendo que prestar atenção aos interesses e as capacidades de todos os alunos, sem discriminações ou exclusões. Esta tarefa se estende a todos os professores de diversas áreas do conhecimento que, independentemente de sua qualificação, devem lidar com esta situação.

Na legislação nacional no que tange a educação básica, exige que as crianças e jovens independentemente de suas condições físicas ou psíquicas, tenham acesso à rede pública de ensino. A tendência no âmbito da política social durante as duas últimas décadas tem sido a de promover integração e participação e de combater a exclusão.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e a usufruir dos direitos humanos inerentes a todos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades (Declaração de Salamanca).

O melhor é entendermos como este processo de inclusão vem sendo implantado ao longo dos anos. Desde 1988 é assegurado a todos os alunos o direito ao acesso, a permanência e a participação nos níveis básicos e superior de ensino (Montoan, 2003).

O público-alvo da educação especial, definidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, como pessoas com deficiências (que tem impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial a longo prazo).

Para Montoan (2003, p.13):

Os sistemas escolares estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe.

É preciso levar em consideração diversos fatores como individualidade, identidade, ideais democráticos, a remoção de barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos.

Já a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade nas áreas do transporte, da comunicação e da sinalização para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 2007, o Ministério da Educação (MEC) também lança o Plano de Desenvolvimento da Educação que, entre outros pontos, fixa como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Existem muitos desafios que se colocam aos professores para que promovam uma educação inclusiva, estes desafios seriam: reconhecer e valorizar a diversidade como elemento enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem, conscientizar-se do modo como atuam para promover a aprendizagem de todos os alunos.

Atualmente os direitos não são claros, mas o que tem se visto é cada vez mais pessoas com deficiência ocupando espaços que antes eram vetadas a sua presença.

Ser deficiente impõe uma condição, mas não é só o limitante, mas determinante, para muitos, mas a visão que se deve ter é justamente outra. Para adequar não existem limites, o deficiente deve pensar em ter uma vida com sua deficiência é cheia de conquistas diárias, que podem ser desde se locomover nas ruas, como de estudar em qualquer nível de estudo, seja ele ensino básico ou nível superior.

Não existe novidade nisso, mas é assim que todos se portam, pois as empresas não têm acessibilidade, a escola não tem professores capacitados, e nem a família sabe quais caminhos trilhar, por isso a importância do poder público e das leis que regem e abrangem as diferentes deficiências.

Na pré-história, os membros como crianças, velhos e as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, precisavam de ajuda do grupo, para se alimentar, se abrigar e para sobreviver, e assim o grupo precisava decidir o que fazer com eles

Na Idade Contemporânea (que vai da Revolução Francesa até os dias atuais), especialmente, a partir das duas guerras mundiais, houve importante avanço na reabilitação e nos direitos das pessoas deficientes.

Na década de 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclama a Declaração dos Deficientes Mentais e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.

O ano de 1981 foi escolhido como Ano Internacional das Pessoas Deficientes, inspirando as pessoas com deficiência em todo o mundo a reivindicarem igualdade de direitos e equiparação de oportunidades.

No Brasil, a partir do contexto mundial, muitas pessoas com deficiência se organizaram, no final da década de 1970, iniciando o movimento social das pessoas com deficiência.

Como resultado, diversos direitos das pessoas deficientes foram incluídos na Constituição Federal de 1988 e foram criadas importantes leis federais, estaduais e municipais para garantir esses direitos.

O principal desafio tem sido fazer com que essa legislação seja colocada em prática.

O acesso à educação é fundamental para o pleno desenvolvimento de todo e qualquer cidadão, consagrado como direito constitucional.

Particularmente para crianças e jovens com algum tipo de deficiência, esse acesso à educação formal pode representar a diferença entre ter uma vida produtiva, aproveitando ao máximo seu potencial intelectual e criativo, ou permanecer em uma situação de grande dependência e isolamento.

Além disso, o ambiente escolar funciona sempre como um dos primeiros espaços para o exercício da convivência social e do reconhecimento das diferenças entre os indivíduos.

3. AFETIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

O ensino no Brasil segue os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que serve como um norteador, ondem citam os temas morais, o respeito mútuo, a justiça, o diálogo e a solidariedade, a serem trabalhados para que o aluno seja capaz de respeitar as diferentes formas de expressão e participação, expondo seus pensamentos e opiniões de forma a ser entendido. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.107) também indicam como objetivos gerais do ensino fundamental:

A necessidade dos alunos serem capazes de compreender a cidadania como uma participação social e política, adotando atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva, tendo o diálogo como mediador. Necessidade de conhecer e valorizar a pluralidade sociocultural, posicionando-se contra qualquer discriminação. Desenvolver o sentimento de confiança sobre as capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social para o exercício da cidadania. E questionar a realidade através da formulação e resolução de problemas.

Nas demais publicações a que citam o desenvolvimento afetivo está contido nas publicações de temas transversais. Publicação voltada para uma educação para a cidadania, lida com questões sociais para a aprendizagem e reflexão do aluno. Contempla temas como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo.

Em Brasil, 1988, p.29:

A perspectiva transversal aponta uma transformação da prática pedagógica, pois rompe o confinamento da atuação dos professores às atividades pedagogicamente formalizadas e amplia a responsabilidade com a formação dos alunos. Os Temas Transversais permeiam necessariamente toda a prática educativa que abarca relações entre os alunos, entre professores e alunos e entre diferentes membros da comunidade escolar.

Como convívio escolar não podemos limitar as relações somente ao que acontece dentro da escola, mas ela amplia as outras interações que a criança é submetida e que direta ou indiretamente as influenciam.

Acontecimentos esternos a escola também impactam na convivência escolar, é necessário entender essas situações, compreender os períodos que os alunos estão passando, os alunos de educação especial, muitas vezes passam por situações em que não se sentem incluídos, por isso os esforços no ambiente escolar para incluir os alunos e fazer com que as barreiras de exclusão sejam ultrapassadas e exista de fato a inclusão.

Usar a afetividade no sentido de ser sensível ao outro, compreender e tentar respeitar a todos, principalmente o aluno de educação especial.

Para no PCN transversal, BRASIL, 1988, p.32 onde cita:

Para o professor, a escola não é apenas lugar de reprodução de relações de trabalho alienadas e alienantes. É, também, lugar de possibilidade de construção de relações de autonomia, de criação e recriação de seu próprio trabalho, de reconhecimento de si, que possibilita redefinir sua relação com a instituição, com o Estado, com os alunos, suas famílias e comunidades. A dimensão afetiva da legitimação dos valores e regras morais passa, de um lado, por identificá-los como coerentes com a realização de diversos projetos de vida e, de outro, pela absorção desses valores e regras como valor pessoal que se procura resguardar para permanecer respeitando a si próprio. Assim, o auto-respeito articula, no âmago de cada um, a busca da realização dos projetos de vida pessoais e o respeito pelas regras coerentes com tal realização.

3.1 O PAPEL DOS PROFESSORES

Os professores de todos os seguimentos do ensino são peças fundamentais, para o convívio e principalmente para o aprendizado. A relação professor-aluno, independente do ano escolar, remete a um convívio, onde o aluno vê seu professor como um exemplo.

A relação humana envolvida na busca do conhecimento, no espaço escolar se torna um contexto social importante na vida do indivíduo, independente em que fase ele se encontra.

No início de sua interação com a sociedade a criança tem a escola como um segun-

do espaço certo para estar, além do ambiente familiar.

A aprendizagem escolar que envolve a relação professor-aluno, é uma troca que envolve afetividade.

Fatores que podem influenciar os resultados da aprendizagem, como a perda dos pais, separação, abandono, ambientes desfavoráveis de convívio, depreciação, dentre outros e o professor pode ter a informação de forma privilegiada, podendo ajudar e intervir potencializando o aprendizado.

A afetividade implica diretamente no desenvolvimento e no conhecimento adquirido, o aluno se desenvolve, adquire aprendizado e conhecimentos que aumentam o desempenho escolar.

O papel do professor não consiste apenas na transmissão do conhecimento, ele tem a difícil tarefa de despertar a vontade de aprender, a importância dos valores, da ética e dos sentimentos e respeito ao próximo. A relação professoraluno, deve ter como base a comunicação entre ambos para a construção do aspecto emocional e construir o conhecimento, pois o professor também aprende com as experiências dos alunos, é uma troca mútua. Pois ambos passam por situações emocionais que podem afetá-los, por esse lado a afetividade caminha junto desta relação.

Segundo Almeida (2011, p.99):

Como meio social, é um ambiente diferente da família, porém bastante propício ao seu desenvolvimento, pois é diversificado, rico em interações, e permite à criança estabelecer relações simétricas entre parceiros da mesma idade e assimetria entre adultos. Ao contrário da família, na qual a sua oposição é fixa, na escola ela dispõe ter uma maior mobilidade sendo possível a diversidade de papéis e posições.

A forma como o professor encara essa relação com as diversas possibilidades do ambiente escolar, também pode usá-las para potencializar o ensino aprendizagem.

O professor precisa se entender neste processo e atuar percebendo suas influências e ter uma postura afetiva, crítica, ideológica, contribuindo para a formação do aluno, principalmente ao aluno com deficiência.

Ouvir os alunos, e estabelecer uma relação de troca, ter o cuidado de observar se o aluno está conseguindo expressar-se, expor sua opinião, responder quando solicitado, mas também fazendo opções pessoais.

A relação deve-se fortalecer, e contribuir para um melhor rendimento escolar, precisamos entender que a afetividade independe de contato físico, não está associado somente no beijo, abraço, toque de mão, sorrisos, mas também e principalmente na expressão oral, quando elogiamos seu trabalho, reconhecemos seus esforços, motivando-os, onde o cognitivo se liga ao afetivo.

Saber o seu papel, para potencializar o ensino aprendizagem, ele não pode deixar de levar em consideração a afetividade, o olhar do professor para a construção do sucesso da aprendizagem do aluno, dando credibilidade a suas opiniões, valorizando o pensamento crítico, acompanhando o desenvolvimento, observar, tornar-se acessível e disponível para o diálogo.

O aluno depende dessa referência tão significante para ele que é o professor, para alguns alunos ele será em seu comportamento e para outros a forma como lida com as diversas situações onde eles estão inseridos.

A relação professor-aluno, precisa evidenciar oportunidade de evidenciar o esforço intencional, para adquirir resultados.

Para Libaneo, (1994, p.251):

O professor não transmite apenas informações ou faz perguntas, ele também deve ouvir os alunos de forma a entender suas carências e suas dificuldades. Nesse sentido, caberá ao professor diferenciar severidade e respeito, já que o processo de ensino ao mesmo tempo em que direciona a aprendizagem em suas atividades deve ter como objetivo orientar as atividades autônomas e independentes dos alunos estabelecendo normas e deixando bem claro aos alunos o que se espera deles.

E que a afetividade utilizada pelo professor deve sempre ser voltada ao grupo de alunos e não a um aluno em específico, evidenciando uma postura do professor, mesmo sabendo que vão lidar com alunos de Educação Especial. O uso da afetividade independente da condição do aluno irá criar um vínculo com todos os alunos.

Mesmo sabendo que o objetivo do trabalho do educador é a aprendizagem, ele precisa considerar fatores que influenciam, como o desejo de aprender do aluno, a sua capacidade intelectual, seus conhecimentos prévios, e o própria influência do professor, segundo Freire (2000), ama-se a medida em que se busca comunicação, integração a partir da comunicação com os demais.

Percebemos que no espaço escolar é impossível trabalhar as habilidades cognitivas e sociais, dissociado da afetividade.

O professor através da sua autonomia em sala de aula precisa exercer sua autoridade, suas técnicas e estimular o desenvolvimento e ser exemplo. Ele precisa discernir entre severidade e respeito, definindo bem aos alunos os objetivos esperados.

O professor precisa organizar os conteúdos do currículo e escolher o melhor método, e em sala de aula, fomentar a autono-

mia, estimular a criatividade, buscar todos os dias estabelecer vínculos entre alunos de aprendizado mútuo, boa convivência, foco no aprendizado, potencializando as habilidades, usando seus conhecimentos e adquirindo experiência ano a ano. O professor ganha experiência com essa troca, devendo usar os diálogos para troca de experiências, entender melhor e valorizar a afetividade neste processo.

Um professor que usa a afetividade é aquele que usa estratégias educativas, críticas e dinâmicas no trabalho docente, faz o trabalho com prazer em ensinar, envolve os alunos em atividades em grupo, se preocupa com o desenvolvimento individual e em grupo dos seus alunos.

CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste trabalho foi analisar a importância do uso da afetividade no trabalho docente na educação especial.

Foi realizado uma revisão bibliográfica, onde foi possível analisar vários aspectos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e no uso da afetividade pelo professor.

A afetividade e os sentimentos explicitados pelo ser humano, são de extrema importância, pois estarão presentes em todos os níveis da vida. O cognitivo e o afetivo fazem parte do pensamento intelectual, por isso é tão importante trabalhar a afetividade no processo ensino-aprendizagem.

O desenvolvimento do ser humano desde os aspectos biológicos, até os cuidados com alimentação e com a saúde, bem como o desenvolvimento do intelecto com o cognitivo é importante para cada indivíduo.

No processo de escolarização é necessário que o professor consiga construir situações de aprendizagens, para desenvolver as diferentes habilidades. É através deste processo que surge a relação professor-aluno. O professor em seu trabalho docente necessita utilizar a afetividade para aproximar o aluno, e entender melhor os processos que podem influenciar no aprendizado.

O uso da afetividade não é dissociável ao trabalho docente, o professor precisa levar em consideração que os alunos passam por situações que podem influenciar no processo de aprendizado esperado no ambiente escolar.

O professor pode potencializar o aprendizado dos alunos, incentivar a inclusão dos alunos de educação especial, motivando-os, desafiando a pensar, pesquisar, e se comunicar. Utilizar a afetividade no trabalho docente ajuda a transpor algumas barreiras e a perceber alunos que tem bloqueios para aprender.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. , MAHONEY, A. A. A Afetividade e a aprendizagem: contribuições de Henri Wallon. São Paulo, Edições Loyola, 3ª ed. 2011.

ARANTES, V. A. Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares/ Secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Meditação, 2014.

CHALITA, G. Educação. A solução está no afeto. 6 ed. São Paulo: Gente, 2001.

CUNHA, A. E. Afeto e Aprendizagem, relação de amorosidade e saber na prática pedagógica. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

CURY, A. J. Pais Brilhantes, Professores Fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DANTAS, H. Afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. São Paulo: Summus Editorial Ltda. 1992.

DESSEN, M. A; POLONIA, A. C. A família e a escola como contexto de desenvolvimento. 2007, Ribeirão Preto, Paideia, vl.17, n.36.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação. São Paulo: UNESP, 2000.

GONÇALVES, M.F.C.(Org). Educação escolar: identidade e diversidades.

Florianópolis: Insular, 2003.

GONZÁLES, J. A. T. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LEPRE, R. M. Desenvolvimento humano e educação: diversidade e inclusão. Unesp: 2008.

LIBÂNEO, J.C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, M. K. O problema da afetividade em Vygotski. In: LA TAILLE, Piaget, Vygotski e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. PACHECO, J. (Org.). Caminhos para a inclusão: Um guia para o aprimoramento da equipe escolar. São Paulo: Artmed, 2006

PERRENOUD, P. A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed, 2001.